

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES:
MECANISMOS SÓCIO-AFETIVOS DE INTERPELAÇÃO À RESISTÊNCIA**

Renata Silveira da Silva

resilv@gmail.com

Doutoranda

Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

No discurso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), simultaneamente à recordação dos acontecimentos prejudiciais à classe trabalhadora, lembram-se e identificam-se sentimentos provavelmente suscitados. Nesse contexto, destaca-se a humilhação, ligada, conforme Pierre Ansart (2005), ao rebaixamento, à inferioridade, à diminuição do apreço de si.

Essas observações induziram-nos a mobilizar o conceito de “memória afetivo-discursiva”. No presente estudo, verificaremos se o recurso a essa memória é predominante na fase “combativa”, “heróica” da prática sindical cutista, vigente entre 1983 e 1988, ou na fase “conformada”, “negociadora”, iniciada em meados de 1990 (RODRIGUES, 1997). À época das ações sindicais mais comedidas, supomos que a CUT encontra no campo afetivo uma nova “fórmula” para reviver a ação sindical animada dos primeiros anos de existência.

A seguir, reivindicamos a noção de “memória afetivo-discursiva” e justificamos porque afetividade e historicidade devem estar articuladas no referencial teórico da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Também resgatamos da trajetória da CUT fatos históricos explicativos da sua luta contra a humilhação. E para que possamos dar conta das dimensões não só afetiva e histórica, mas também simbólica da memória, analisamos seqüências discursivas de referência das duas fases mencionadas.

A memória é um espaço com enunciados já-ditos em processos discursivos filiados a diferentes formações discursivas. Essa exterioridade é constitutiva do dizer, tendo em vista que o sujeito retoma antigas enunciações sob a forma de pré-construídos, isto é, aquilo que foi dito antes, em outro lugar, independentemente, e as lineariza (PÊCHEUX, 1995). A formação discursiva (FD) a qual

o sujeito está filiado dissimula a dependência do dizer a esse campo tão heterogêneo que é o interdiscurso ou “domínio da memória” e confere uma ilusória aparência de unidade e autonomia ao fio do discurso.

Tal abordagem demonstra que o conceito de memória discursiva abarca a constituição histórica, vale dizer ideológica, das discursividades. Entretanto, em AD, a percepção dos discursos pressupõe sujeitos sobredeterminados tanto pela dimensão sócio-histórico-ideológica, como pela dimensão psíquica. E a memória, por ser simultaneamente, como lembra Le Goff (2003), um “fenômeno individual e psicológico” e relacionado ao social, se presta à articulação entre essas duas instâncias determinantes à subjetividade (p. 419).

Seguindo a abordagem sugerida, podemos, ao mobilizar o conceito de memória, relevar além da historicidade, a afetividade. Parece-nos viável o desenvolvimento dessa articulação por duas razões. A primeira delas: a inscrição dos já-ditos na linearidade não é determinada exclusivamente pela formação discursiva dominante; o sujeito é constituído por uma gama de sentimentos e é desejanter, logo, “estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como é determinado ele também a afeta e a modifica em sua prática discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 23). Logo, a inscrição do interdiscurso, “domínio da memória”, no intradiscurso é perpassada por uma tensão, por um embate de forças. Neste, a historicidade, no processo de constituição do discurso, depara-se com a afetividade, intervindo no modo de determinação exterior.

Convém destacar que os afetos, segundo as formulações de Freud, são manifestações das pulsões, compreendidas como energias fundamentais, motores do sujeito (CHEMANA, 1995, p. 177). Retomando Elia (1995), diferente do instinto, a pulsão não tem um objeto “específico, adequado e muito menos pré-determinado” (p. 47). Nas palavras do autor, “parcialmente satisfeita, e, portanto, parcialmente insatisfeita por força de estrutura, a pulsão é infinitamente relançada à sua busca de satisfação através de um objeto, sempre vicário (p. 47-8).

Pressupor a afetividade é pressupor a dinâmica pulsional e, conseqüentemente, a constante mudança subjetiva. Pensar isso intervindo no funcionamento da memória discursiva implica desautorizar leituras que vêm no postulado de que o sujeito enuncia a partir de algo exterior, já posto, pré-determinado uma visão “sombria” da subjetividade, condenada a ser sempre reprodução; implica perceber o sujeito promovendo agitação nas suas filiações sócio-históricas.

Outra razão para a articulação proposta é que os acontecimentos e os sentimentos suscitados são inscritos juntamente na memória. Dada essa indissociabilidade, cabe questionarmos: qual o papel da memória, quando considerada “afetivo-discursiva”?; Como percepções, danos morais, sensações boas e ruins, perturbações, sentimentos e suas formas de expressão são estrategicamente mobilizados para influenciar no modo de inscrição dos acontecimentos?

Pensando a primeira indagação em relação ao discurso em análise, verificamos que a memória “afetivo-discursiva” é convocada para interferir na compreensão que os trabalhadores têm da

atualidade, para fazê-los perceber os novos acontecimentos como sucessão de anteriores, semelhantes por infringirem tanto a igualdade social, econômica, como a igualdade de respeito, de consideração.

Motivos da existência da memória da humilhação na prática discursiva da CUT podem ser apreendidos das reflexões de Abramo (1999). A autora apresenta a busca pela dignidade como uma das possibilidades de explicação para o retorno das lutas trabalhistas em 1978, que culminou com a criação da CUT em 1983.

Nessa perspectiva, as greves não surgiram de uma “combinação mecânica de elementos”. Foram ocasionadas também por “um processo de dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, pelo desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais, cidadãos e humanos e pela violentação de sua dignidade” (p. 45).

O movimento grevista de 1978 pode ser considerado um período de “revolta contra a humilhação”, reproduzindo Ansart (2005). Esses períodos de “sobressalto”, de “reações bruscas, de rejeição das humilhações”, são momentos de “mutação da afetividade política” (p. 20). No lugar da permanência da humilhação, há revolta, em vez de constrangimentos, há “afirmação da dignidade”; a resignação é substituída pelas avaliações críticas e resistências.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é então formada para dar seguimento ao processo de resistência deflagrado em 1978. Logo, a criação da CUT como entidade representativa de toda a classe trabalhadora foi uma forma institucionalizada de negar a impotência às humilhações até então sofridas.

As reflexões de Ricoeur (2007) elucidam-nos quanto aos efeitos pretendidos, quando a CUT “alimenta” a memória da humilhação. Conforme o autor, “são mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão” (p. 95).

A CUT parece guiada por esse princípio, sendo assim, seu percurso para suscitar a resistência, na primeira fase, vai do sofrimento, mediante a lembrança da humilhação, à indignação. O mecanismo para interpelar é discursivamente reviver a opressão de modo a torná-la insuportável a uma classe há muito sedenta de dignidade. A seguir, exemplos explicativos do modo como a Central estrategicamente mobiliza a esfera íntima: narrativas detalhadas de violência contra os trabalhadores; imagens de pessoas machucadas ou de corpos ao relento; denúncias de possíveis mandantes de tiros desferidos; obituários reveladores da identidade de homens e mulheres, cuja combatividade rendeu-lhes mortes e homenagens; quantidades aproximadas ou precisas de trabalhadores espancados ou mortos por jagunços, no campo, e por policiais, na cidade; relatos de impunidade; menção a torturas, despejos, prisões, mutilação, invasões, incêndios, assassinatos, ameaças de morte, escravidão, queima ou sumiço de corpos; moções de repúdio; exemplos de famílias que assistiram à morte cruel de quem lhes sustentava.

A lembrança da humilhação no discurso revolucionário em análise interpela os trabalhadores à negação da história opressora, construída pelos governantes, e à construção de outra, marcada pelo

respeito à condição humana. Dessa forma, a CUT tenta manter o período de “sobressalto” no qual surgiu.

Observemos, no nível do intradiscurso, como a CUT tenta garantir o sucesso desse mecanismo interpelador:

SDR 1: (...) os trabalhadores **não** estão dispostos a continuar de braços cruzados enquanto pais e filhos são assassinados todos os dias (BOLETIM NACIONAL, 1985).

SDR 2: (...) trabalhadores que **não** mais estão dispostos a suportar tanta humilhação (JORNAL DA CUT, 1983).

A negação, nessas seqüências, funciona mostrando não ser legítima a atribuição dos predicados – relação pacífica frente à violência e à humilhação - aos sujeitos, os trabalhadores. Além disso, o operador de negação incide, na SDR 1, sobre o complemento verbal “continuar de braços cruzados” e une-se, na SDR 2, ao advérbio “mais”, formando uma expressão finalizadora de tempo. A Central, ao anunciar que os trabalhadores “não mais” suportam a humilhação e negar a continuidade da paralisia quanto à violência, retoma e simultaneamente nega o pré-construído de que seus representados são conformados à violação de sua dignidade.

Sendo assim, a negação atua sobre um pré-construído do discurso contrário, o capitalista. Dito de outra forma, a CUT, quando rejeita a condição dos seus representados de eternamente humilhados, está negando o seguinte saber não-dito no discurso ao qual se opõe: é possível manter as desigualdades econômicas e os ataques morais porque seus atingidos são incapazes de reverter esse quadro. Nesse caso de “negação externa”, retomando Indursky (1997), há “um confronto ideológico instaurado no interdiscurso e apenas refletido no intradiscurso pelo *viés da negação que incide sobre o implícito do discurso do outro*” (p. 226).

A nova fase da prática sindical cutista inicia-se em meados de 1990, quando o projeto neoliberal passa a ser aplicado por Fernando Collor de Mello, o Brasil sente com mais intensidade a crise que afeta o mundo do trabalho e há uma reestruturação da CUT, desde 1988, mais “burocrática”, “institucionalizada” e distanciada da base (RODRIGUES, 1997).

Devido à nova conjuntura, o malfeitor deixa de ser o aparato repressivo criado na época da ditadura e mantido na “Nova República” e passa a ser o neoliberalismo e sua conseqüente “desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais” (BOITO JR, 1999, p. 51).

Nessa época, são outras as formas de mobilização da esfera íntima para interferir na inscrição dos acontecimentos na memória dos trabalhadores. Não são tão freqüentes as narrações de violência e a atmosfera de “terror” recriada nas primeiras publicações é abrandada. Os ataques aos cidadãos são, sobretudo, provocados pelas políticas econômicas recessivas e manobras de governantes, as quais são detalhadamente explicitadas nos textos jornalísticos. E enumeram-se formas de agressão à cidadania: analfabetismo; desemprego; ausência de serviços elementares ou precariedade dos que são oferecidos;

aumento da fome e da miséria; possível término de direitos arduamente conquistados; precarização das relações de trabalho; criminalidade; violência; e tentativas de destruição das organizações populares.

A seguir, duas seqüências demonstrativas do modo como a memória “afetivo-discursiva” ganha existência material no período em análise:

SDR 3: Querem, **sim**, o fim da inflação, melhores salários, reforma agrária, empregos, distribuição de renda e cidadania. (INFORMA CUT, n. 266, jul., 1997)

SDR 4: Dignidade para quem faz o país. (DE FATO, ano 1, n.1, ago., 1993)

Notemos, nesses fragmentos, o uso da asserção ao invés da negação, presente nas SDR 1 e 2. Nas construções da primeira fase, a negação determina um pré-construído da formação discursiva capitalista: a resignação dos populares. Compreendemos que, nesse caso, o trabalho com a esfera íntima visa negar da memória dos trabalhadores um saber que a FD oponente lhes faculta. Na SDR 3, o advérbio de afirmação funciona asseverando o desejo dos trabalhadores, ávidos por melhores condições de vida. E, na SDR 4, a asserção “Dignidade para quem faz o país” constrói-se através do presente omnitemporal, através do qual se afirmam “verdades” inquestionáveis. A SDR 3 reitera e a SDR 4 eterniza um pré-construído da FD sindical-socialista à qual a CUT vincula-se, a saber: os trabalhadores querem dignidade. Assim, a Central anuncia que, mesmo não tendo sido possível fundar o prometido “período de sobressalto”, de rejeição às humilhações, o desejo de vivê-lo permanece.

A partir dessas análises, constatamos como o manejo com a esfera íntima pode intervir na *produção* de memória, na sua *conservação* ou *deslocamento*. O recurso ao campo afetivo no discurso cutista da primeira fase visa ao *deslocamento* da memória dos trabalhadores. Estes devem internalizar o saber que sua representante máxima lhes outorga: a história opressora será reescrita por pessoas dispostas a esquecer da resignação. Na segunda fase, a humilhação é “alimentada” pelas denúncias da desigualdade entre classes. Assim, *conserva-se* a memória da classe trabalhadora quanto ao seu passado degradante e, simultaneamente, *produzem-se* novos saberes, pois são relatadas novas formas sociais de rebaixamento.

Introduzindo novos saberes à memória da humilhação, pelo viés da cidadania, a Central consegue transformar, na segunda fase, o campo afetivo num “novo” motivo para resistir, tal como havíamos suposto. Nossa percepção de que a “humilhação” é reinvestida de significações é confirmada pelo envolvimento da CUT com o “sindicalismo-cidadão”, no qual elabora projetos alternativos a serem discutidos com governantes e amplia suas perspectivas de intervenção social (FERRAZ, 2003). Enfim, o combate à humilhação dos “cidadãos” transforma-se em uma forma de a Central atenuar os danos de um sistema econômico-jurídico que é incapaz de findar. Utilizando os termos de Pêcheux (1990), já que a “esfera capitalista” não pode ser “dinamitada em seu centro”, resta atacá-la em suas “zonas de desenvolvimento” (p. 13).

Neste estudo, indagamos se o apelo à memória “afetivo-discursiva” para suscitar a resistência era proeminente na segunda fase da CUT, quando a promessa de mudança social via sindicalismo

perde progressivamente credibilidade devido às novas circunstâncias. Concluimos ser inadequado tratar de “proeminência” da memória da humilhação, quando comparamos os períodos em questão. É preferível discorrermos sobre “semelhanças” e “diferenças”.

Nas fases “combativa” e “negociadora”, o papel da memória “afetivo-discursiva” é impedir que os trabalhadores esqueçam tanto das privações de direitos trabalhistas, econômicos e sociais, como da falta de dignidade, respeito, consideração, isto é, da ausência de direitos morais. Por isso, podemos considerar que o discurso em análise segue uma tendência de luta pelo “direito igualitário ao reconhecimento”, que se encontra renovada nas sociedades democráticas contemporâneas (HAROCHE, 2008, p. 81).

Primeiramente, entre 1983 e 1988, a bandeira do “direito igualitário ao reconhecimento” é erguida num tempo festivo, de *negação* eufórica do rebaixamento. Na década de 1990, segue reerguida, mas sem alvoroço. Afinal, o tempo é de temor, pois, apesar das lutas sindicais, as inferiorizações do trabalhador se mantiveram. Então, a CUT reelabora seu mecanismo sócio-afetivo¹ de interpelação à resistência. Traz novos enfoques e soluções à questão da humilhação. Assim, não só *reafirma* a continuidade da luta pelo respeito, como tenta motivar a classe trabalhadora a alçar com mais fervor a bandeira que há muito carrega.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). In: SEIXAS, J. et al (org). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 199-215.
- _____. As humilhações políticas. In: MARSON, I.; NAXARA, M. (org.) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia, EDUFU, 2005. p. 15-30.
- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã VM: 1999.
- BOLETIM NACIONAL DA CUT, out./nov., 1985.
- CHEMANA, Roland (org.). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DE FATO, ano 1, n.1, ago., 1993.
- ELIA, Luciano. Sexualidade e Psicanálise. In: *Corpo e Sexualidade em Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Uapê, 1995. p. 39-80.
- FERRAZ, Marcos. CUT-cidadã: uma avaliação do sindicalismo recente. In: *Trabalhadores, Sindicatos e a nova questão social: GT ANPOCS 1978-2003*. Rio de Janeiro: NETS UNIRIO, 2003. v. 1.
- FIORIN, José L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1999.
- HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Trad. Jacy Seixas e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 1997.
- INFORMA CUT, n. 266, jul., 1997.
- JORNAL DA CUT, ano 1, n. o, set., 1983.

¹ A menção aos mecanismos “sócio-afetivos” baseia-se em reflexões de Pierre Ansart (2002), que sugere atentarmos para as “mutações sócio-afetivas” (p. 207).

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos (1982). Trad. José Horta Nunes. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 7-24, jul./dez, 1990.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Iran. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.